

## Índice

---

### ÁREA TEMÁTICA 3 - DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

EDUCACIÓN TRANSVERSAL PARA FOMENTAR LA CULTURA DE DEFENSA EN ESTUDIANTES DE EDUCACIÓN SECUNDARIA	508
Francisco Manuel Morales Rodríguez	
O BRINCAR NAS PESQUISAS COM CRIANÇAS	523
Clara Medeiros Veiga Ramires Monteiro	
CARTA EDUCATIVA “3G”, PLANO EDUCATIVO MUNICIPAL E OBSERVATÓRIO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS - ODEMIRA 2020, ODEMIRA TERRITÓRIO EDUCATIVO -	539
Helder Guerreiro, Natália Correia, Clara Oliveira, Laura Fino, Telma Guerreiro, Tania Santos & Tiago Pereira	
EDUCAÇÃO NA IMIGRAÇÃO: A AVALIAÇÃO PREVENTIVA PROMOVEDO A INTEGRAÇÃO NOS ESPAÇOS ESCOLARES	552
Karla Haydê Oliveira, José de Ribamar Fonseca Junior	
AS ATITUDES DOS/AS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS/AS DOS MESTRADOS EM ENSINO E EM EDUCAÇÃO FACE À HOMOSSEXUALIDADE	565
Regina Alves & Teresa Vilaça	
A ESCOLA E A (RE)PRODUÇÃO DE (DES)IGUALDADES SOCIAIS: FUNDAMENTOS E RESULTADOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL	579
Cristina Couto & Ana Zita Rocha	
CONOCIMIENTOS SEXUALES DE NIÑAS Y NIÑOS DE 6 AÑOS: ESTUDIO PRELIMINAR	593
Laura Aldrey Blanco & Encarnación Sueiro Domínguez	
CONOCIMIENTOS SEXUALES EN 6º DE PRIMARIA: ESTUDIO PRELIMINAR	608
Lucía González Blanc & Encarnación Sueiro Domínguez	
CONOCIMIENTOS SEXUALES EN 2º DE BACHILLERATO: ESTUDIO PREVIO	626
Mª Mercedes Moreiras Mosquera & Encarnación Sueiro Domínguez	
DIREITOS HUMANOS, DA INTENÇÃO À PRÁTICA	642
Helena Albuquerque	
NOTÍCIA SOBRE OS PILARES DA AÇÃO CÍVICA E O PROJETO PEDAGÓGICO DA SEARA NOVA	656
José Casulo & Artur Manso	
O DEREITO AOS COIDADOS NOS CENTROS DE PRIMEIRA INFANCIA	664
Xabier de Salvador & Manuel Carreira	
DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO NA SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL	679
Margarida Pocinho, António Caetano, Débora Rodrigues, Susana Fernandes, Verónica Simões & Verónica Sousa	

CRIANÇAS EM INSTITUIÇÕES: VISÃO DO PROFISSIONAL SOBRE A VINCULAÇÃO E OS DIREITOS DA CRIANÇA	694
Alice Lopes & Judite Zamith-Cruz	
COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS: QUAL O PAPEL DA FORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE?	708
Sofia Andrade, Isabel Silva, Glória Jólluskin, Rute Meneses & Hélder Pereira	
PENSAMENTO CRÍTICO NOS ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE: QUAL O PAPEL DA FORMAÇÃO ACADÉMICA E PROFISSIONAL?	722
M. P. Amorim & I. Silva	
INTERVENÇÃO COM OFENSORES: UMA REFLEXÃO PARA UMA MELHOR COMUNICAÇÃO EM SAÚDE	736
Gloria Jólluskin, Isabel Silva & Rute Meneses	
A IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA ÀS COMPETÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO PELOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	746
Rute F. Meneses, Cristina Miyazaki, & José Pais-Ribeiro	
PERFIS SOCIOLÓGICOS E TRAJETÓRIAS ESCOLARES NAS FILEIRAS DO ENSINO SECUNDÁRIO	761
Fátima Antunes & Virgínio Sá	
LA ACCIÓN COMUNITARIA EN LOS SERVICIOS SOCIALES EN ESPAÑA: ¿UTOPIA O REALIDAD?	777
Laura Varela Crespo	
PRISIÓN E DEREITO Á EDUCACIÓN	790
María Barba Núñez & Carmen Morán	
AS REPRESENTACIÓNS DO CAMBIO CLIMÁTICO NO ESTUDANTADO UNIVERSITARIO. UNHA ANÁLISE EN CLAVE DE XUSTIZA SOCIAL	805
Mónica Arto-Blanco	
MEDIDAS DE PROMOÇÃO NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: PROGRAMAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EM COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	813
Gilca M. Lucena Kortmann	
JOVENS RESIDENTES EM LARES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BRAGA: RELATOS DE AFETOS E SEXUALIDADES	832
Júlio Gomes, Ana Rita Fernandes, Flávia Miranda, Judite Zamith-Cruz & Zélia Anastácio	
A ARQUITETURA ADMINISTRATIVA DOS PROCESSOS DE RVCC: CONTRIBUTOS PARA UMA LEITURA SOCIOLÓGICA	848
Daniela Silva	
RESSONÂNCIAS DA CERTIFICAÇÃO OBTIDA PELO RVCC NA VIDA DOS ADULTOS	864
Daniela Silva	
UM OLHAR PSICOPEDAGÓGICO ÀS GESTANTES DE CANOAS/RS	880
Gilca Maria Lucena Kortmann & Viviane Cristina de Mattos Batistello	

CONOCIMIENTOS SEXUALES A LOS 6, 12 Y 18 AÑOS. ANÁLISIS COMPARATIVO	896
Laura Aldrey Blanco, Lucía González Blanco, M <sup>a</sup> Mercedes Moreiras Mosquera & Encarnación Sueiro Domínguez	
ESCOLA COMUNITÁRIA DE SÃO MIGUEL DE MACHEDE: 15 ANOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	919
Bravo Nico & Lurdes Pratas Nico	
EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL NA SENDA DOS DIREITOS HUMANOS E DO DESENVOLVIMENTO	924
Jacinto Serrão de Freitas & Maria Helena Salema	
BIOPOLÍTICA E DIREITOS DO HOMEM	937
José Brás & Maria Gonçalves	
O ENVELHECIMENTO ACTIVO: UMA QUESTÃO DIREITOS HUMANOS	952
Maria Clara da Cunha Calheiros de Carvalho & Maria Margareth Garcia Vieira	
EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE: UMA RECONSIDERAÇÃO DA AÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	963
Manuel Barbosa	
PROJETO TERRITÓRIOS DIGITAIS: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NOS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA DO BRASIL	979
Rossana Coely de Oliveira Moura & Heliomar Medeiros de Lima	
HOSPITALIZAÇÃO INFANTOJUVENIL - O DIREITO E O DEVER DA CONTINUIDADE DA AÇÃO EDUCATIVA ESCOLARIZADA	991
Joana Sofia Sousa Figueiredo & Sílvia Maria Castro Fortes Cardoso	
EU NÃO SOU AQUILO QUE ELE DIZ! INTERVENÇÃO EM VÍTIMAS DE BULLYING	1003
Vera Ramalho	

---

## RESSONÂNCIAS DA CERTIFICAÇÃO OBTIDA PELO RVCC NA VIDA DOS ADULTOS

Daniela Vilaverde e Silva

Universidade do Minho

dsilva@ie.uminho.pt

**RESUMO:** Os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) desenvolveram-se em Portugal a partir do novo milénio, conferindo aos adultos certificação escolar (B1, B2, B3 e Secundário) e profissional. Nesta comunicação pretendemos refletir sobre o valor social do diploma obtido por esta certificação e também sobre os efeitos produzidos na vida dos adultos nos diferentes níveis: escolar, pessoal, económico e de cidadania, a partir de uma investigação realizada num Centro Novas Oportunidades do distrito de Braga que contemplou aplicação de um inquérito por questionário aos adultos certificados no ano de 2010 e a aplicação de um inquérito por questionário aos diretores/coordenadores dos Centros Novas Oportunidades do NUT III. Os dados obtidos na investigação denunciam que os atores consideram que a certificação escolar obtida pela via do RVCC está longe de um consenso social, apesar de se encontrar numa fase embrionária de um processo de institucionalização social. Os efeitos da certificação com mais expressividade nos adultos incluíram a aprendizagem do referencial e o desenvolvimento pessoal, fomentando o auto-conceito, tendo o RVCC um impacto psicológico significativo para os mesmos.

### Introdução

A certificação escolar e profissional auferida pelo processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) incorpora certas dimensões específicas que a diferenciam da certificação escolar e profissional obtida pelo ensino regular. Atualmente, o valor social do diploma deve constituir um objeto de reflexão na medida em que se trata de um objeto mutante, consoante a evolução da sociedade e os seus diversos efeitos. De acordo com alguns autores, hoje em dia existem dificuldades no reconhecimento do diploma. Esta situação é, segundo B. Liétard (2001:476), subsidiária de três fatores: a) do excesso de diplomas que faz com que o diploma perca o “seu carácter raro e, portanto, também o seu valor”; b) da perda de qualidade “devido ao decréscimo do nível de exigência na atribuição dos títulos, desvalorizando o seu valor de uso”; e c) da “inadaptação crescente dos diplomas às necessidades da economia”. Sendo a certificação obtida pelo RVCC diferente da certificação obtida pelo ensino regular, refletir sobre o valor social deste diploma torna-se sociologicamente

desafiador. Em 2001, Alberto Melo (2001:121) questionava a propósito da criação dos processos de RVCC o seguinte:

“Estará a sociedade portuguesa suficientemente aberta à mudança para permitir inovações neste sentido, isto é, para aceitar que as vias radicalmente diferentes de aquisição e de criação de saberes correspondam a certificações de idêntico valor social e institucional?”.

Nesta comunicação temos como objetivos a) refletir sobre o valor social do diploma obtido por esta certificação e b) conhecer sobre os efeitos produzidos na vida dos adultos nos diferentes níveis: escolar, pessoal, económico e de cidadania. Esta reflexão tem como base uma investigação (Silva, 2012) realizada através de um *estudo de caso* num Centro Novas Oportunidades do distrito de Braga – CNO *Alfa* - e compreendeu uma panóplia de técnicas metodológicas, nomeadamente, entrevistas à equipa técnica, observação não participante de diferentes fases do processo de RVCC, análise documental dos documentos produzidos pelo CNO e a aplicação de um inquérito por questionário aos adultos certificados no ano de 2010 (com uma amostra de 50,2%, n =140) e a aplicação de um inquérito por questionário aos diretores/coordenadores dos Centros Novas Oportunidades do NUT III (com uma amostra de 79,7%, n=55).

## **Apresentação e Discussão dos Resultados de Investigação**

### *Efeitos do valor social do RVCC na vida dos adultos*

Em Portugal, a diferenciação de certificação pelo RVCC da obtida pelo ensino regular tem sido polémica nos meios de comunicação social e tem levado à construção de imagens negativas e estereotipadas na sociedade sobre esta opção educativa. A comunicação social tem colocado na opinião pública diferentes argumentos sobre a iniciativa, que são utilizados tanto para a elogiar como para a criticar negativamente. Por um lado, os adeptos deste tipo de oferta educativa aplaudem o aumento das qualificações da população portuguesa, como demonstra por exemplo este excerto do *Jornal de Notícias*, 8 Maio de 2009,

“Diplomas do 9.º ano já são 191 104. Número de inscritos no programa duplicou desde 2007. São já 18.136 os adultos que conseguiram um diploma de 12.º ano através do programa Novas Oportunidades. O número de inscritos duplicou desde finais de 2007. Já passaram pelo programa 713 mil pessoas desde 2006. A necessidade de qualificar a população foi assumida pelo Governo

como forma de desenvolver o país quando lançou o programa Novas Oportunidades, cuja medida mais emblemática foi a criação de um sistema de RVCC”.

Portanto, e como é afirmado no Jornal *Público* de 5 de Setembro de 2008, “o programa já envolveu 10 por cento da população ativa, um número que demonstra que o programa está a ter uma boa adesão”. Também no Jornal *Público*, no dia 7 de Julho de 2009, e no âmbito da apresentação dos resultados da avaliação do programa, coordenada por Roberto Carneiro, encontramos preocupações com as comparações internacionais:

“A rede nacional onde o programa se encontra implementado é composta por 453 centros e, recentemente, foi encerrado o concurso público para a criação de mais 44 centros para em 2010 se atingir os 500 pretendidos. O programa já chegou a 900.000 pessoas nas diferentes vertentes, numa altura em que a média mensal de novas inscrições atinge as 20.000. Um número ‘pioneiro’ e ‘notável’ a nível internacional, segundo o coordenador do estudo”.

Por outro lado, encontramos também na comunicação social argumentos altamente estereotipados que descredibilizam o processo de RVCC, rotulando os adultos que acedem a este programa negativamente. Outra das vozes críticas que contribuíram para a descredibilização do processo foi a do atual primeiro-ministro Passos Coelho, aquando da campanha eleitoral das legislativas, conforme recorda este excerto do *Jornal de Negócios* de 10 de Setembro de 2011:

“Durante a pré-campanha eleitoral, Passos Coelho e Capucha mantiveram uma troca de palavras bastante azeda em torno dos méritos do programa que certificou cerca de meio milhão de pessoas até ao final do ano passado. Passos sempre foi hostil ao programa, chegando a dizer que se tratava de ‘uma mega encenação paga a peso de ouro e uma mega produção que mais não fez do que estar a atribuir um crédito e uma credenciação à ignorância’. ‘É preciso dar uma hipótese a quem não concluiu os estudos, mas terá de ser uma verdadeira oportunidade’, acrescentou. Ao Negócios, Luís Capucha, já depois de se saber do seu afastamento, disse que ‘não me foi dada nenhuma justificação, mas também não a pedi’. Em Maio, o presidente da ANQ considerou as declarações de Passos Coelho ‘insultuosas’ para as cerca de 500 mil pessoas que obtiveram diplomas ao abrigo da medida”.

Portanto, recorrendo aos exemplos que citamos da comunicação social, os diplomas obtidos pela via do processo de RVCC encontram-se longe de um consenso social. No inquérito realizado aos diretores/coordenadores dos CNO, os dados acentuam esta diferenciação social em torno da certificação obtida pelo RVCC, nomeadamente quando a maioria dos inquiridos *discorda* (63,60%) e *discorda totalmente* (5,5%) da

ideia de que a *certificação obtida pelo RVCC é vista na sociedade como igual à do ensino regular*. Somente 14,5% dos diretores/coordenadores concordaram com esta proposição.

De forma diferente, os adultos inquiridos encontram-se divididos quanto ao valor social do diploma obtido. De acordo com os dados e face à mesma proposição, 12,9% dos adultos inquiridos *concordaram totalmente* e 32,9% *concordam* com a ideia de que a *certificação obtida pelo RVCC é vista na sociedade como igual à do ensino regular*. Por outro lado, e com percentagens muito próximas das anteriores, 31,4% dos adultos *discordam* e 8,6% *discordam totalmente* desta igualização social. Os restantes 13,6% dos adultos inquiridos não têm opinião formada sobre este assunto. Este ponto merece especial destaque, até porque os adultos mostraram-se bastante divididos, com resultados totais de 45,8% para os concordantes e de 40% para os discordantes, o que para a nossa amostra é significativo. Acresce ainda a elevada taxa de 14,3% de adultos que não respondem ou que não têm opinião formada, o que constitui um importante reflexo dessa indecisão quanto à postura a adotar pelos adultos certificados.

No inquérito aplicado aos adultos, e no espaço dedicado ao comentário, vários adultos comentaram este item, em geral, os adultos que discordaram da igualização dos diplomas. Assim, os adultos expressaram ser “muito injusta” esta diferenciação. Os desabafos dos adultos no inquérito, no que se refere a esta questão, focalizam distintos aspetos, denunciando situações mas também revelando algumas das causas para esta dualidade do valor da certificação obtida. Uma das críticas que é dirigida a esta dualidade de certificações é traduzida do seguinte modo: “É muito gratificante a todos os níveis, para nós, obter a certificação pelo RVCC, mas para as pessoas com formação académica somos vistos como oportunistas e pessoas sem mérito, também no mercado de trabalho somos menos favorecidos” (excerto de um comentário de um inquérito).

Os adultos certificados pelo RVCC experienciam situações de desigualdade no diploma obtido pelo RVCC e, neste sentido, um dos adultos apela a algumas mudanças, nomeadamente: “mais rigor na avaliação da verosimilhança do trabalho em relação ao seu autor; aferição da autenticidade dos trabalhos efetuados na ausência do formador” (excerto de um comentário de um inquérito).

Também os atores entrevistados denunciaram algumas situações de discriminação por este tipo de certificação, em diferentes contextos, como por exemplo no mercado de trabalho:

“há uma desvalorização, senão discriminação [...] Por exemplo, uma adulta que ficou com o diploma do 9 ano, e depois foi ao posto de trabalho que exigia o 9 ano para concorrer, e foi-lhe dito ‘RVCC, isto não presta!’” (excerto da entrevista nº2).

“Apesar de haver empresas que fazem distinção. Eles vão dizendo, quando se candidatam a alguns lugares, têm o certificado das Novas Oportunidades, a mim já me disseram isso, claramente, que não aceitam pessoas que vêm das Novas Oportunidades” (excerto da entrevista nº 7).

Uma das causas que podemos apontar para a construção destes estereótipos negativos acerca do processo de RVCC está ligada à ideia de facilitismo do processo de RVCC, de tal modo que o RVCC parece ser uma solução alternativa ao ensino regular, não só para os adultos mas também para os seus filhos, conforme denunciou uma das entrevistadas:

“o que está acontecer agora, que é um novo fenómeno: os filhos dos nossos adultos querem deixar de estudar, e querem estar parados durante 2/3 anos para entrar para este tipo de processo. E nós andamos a tentar dizer que não! E isto não é um caso ou dois, são muitos os casos que os pais dizem que os filhos querem deixar de estudar para vir para ao processo de RVCC. E nós temos de explicar que não é assim tão simples porque tem que ter experiência profissional.” (excerto da entrevista nº5).

Outra das razões apontadas é atribuída aos próprios adultos, pelos profissionais de RVCC. Na tentativa e na procura de um certo facilitismo, os adultos acabam por desvalorizar o próprio processo que frequentam:

“eu acho que, no fundo, a culpa também é um bocado dos próprios adultos que não dão valor! Temos, também, muitos adultos que não dão valor. [...] Não valorizam o próprio Processo! Quando temos alguns que comentam “Ai, tu vens fazer o Processo?”. Por exemplo, na [nome do CNO *Alfa*] mas... Dizem os adultos que, aqui, é muito difícil mas, às tantas, dizem... dizem-nos a nós que é para ver se nós facilitamos!” (excerto da entrevista nº3).

Outra entrevistada alerta para a ideia generalizada do facilitismo em torno do processo:

“as pessoas começarem a entender que nós não estamos ali só a dizer, que estamos com aquela ilusão que vai ser tudo bonito. Não! Consegue-se, só que dá trabalho. Essa é a parte mais difícil, essencialmente, do público das novas oportunidades: a maioria está desmotivada quando entra, ainda não

percebe o verdadeiro valor da formação. Estão aqui obrigados, aparece sempre isto: ‘O Sócrates disse que tínhamos o 9º.’, e pensam que é chegar aqui, preencher meia dúzia de documentos e que têm o 9º; não vêm preparados para trabalhar, vêm com a história que isto é 3 meses e já está. Isto não é 3 meses, é um processo muito mais longo, têm que fazer formação, escrever muita coisa” (excerto da entrevista nº 7).

As práticas dos processos de RVCC e a forma da obtenção do certificado também pode representar outra causa para a construção de estereótipos, como refere este depoimento:

“Há muitas pessoas que reconhecem que o trabalho que se faz no centro é um trabalho sério, mas o que acontece é que deve haver alguns centros que difamam as Novas Oportunidades. Porque enquanto há centros...eu acho que o nosso centro trabalha muito bem e procuramos ser sempre muito exigentes, que o adulto só seja certificado quando adquire as competências e há um grande esforço por parte de todos os profissionais que aqui trabalham, acho que deve haver centros que difamam um bocadinho porque não é isso que passa para a sociedade” (excerto da entrevista nº4).

Desta forma, esta desvalorização por parte de alguns adultos pode levar à não aceitação desta certificação, quer na sociedade e na opinião pública, quer no mercado de trabalho, colocando em causa o valor social e económico deste tipo de qualificação. O desconhecimento do trabalho desenvolvido em torno dos processos de RVCC pode também contribuir para esta descredibilização social do processo, sendo este processo considerando socialmente num nível de certificação inferior ao do ensino regular, como comprova o excerto:

“Como quem diz: é um nível abaixo! Eu acho que, mesmo, os professores do público são um bocadinho contra. A maior parte, pelo menos quem não está... quem não está por dentro do trabalho que se faz nos CNO acha que as pessoas são certificadas, assim, de ânimo leve. Acham que não há um trabalho por detrás e que descredibilizam! Acho que descredibilizam!” (excerto da entrevista nº3).

Neste sentido, podemos afirmar que o processo de certificação adquirido pelo processo de RVCC pode potenciar uma dualidade no valor social das certificações, contribuindo para a manutenção de um determinado *status quo* social. Todavia, e em conversas informais, várias técnicas referiam que a *massificação* do processo terá também invertido os pressupostos iniciais do programa, acabando por representar uma resposta para certos adultos que não cumprem os requisitos necessários – os *condenados* (Lengrand, 1971), conforme nos esclarece esta técnica:

“como certificação, eu acho que é bom para aquelas pessoas que não tiveram oportunidade; pensada para essas pessoas que aprenderam, no fundo, não aprenderam na escola, nos bancos da escola, aprenderam com a vida. E vê-se... Nós se observarmos um grupo que, muitas vezes, que acabou aqui de fazer... Pela sua história de vida, pela sua experiência têm muitas mais competências. Podem não saber fórmulas, podem não saber regras gramaticais, mas têm outras competências mais práticas. Têm outro tipo de competências! Eu acho que o Processo em si tem tanto valor como o certificado pelo normal, pelo regular!” (excerto da entrevista nº3).

Os atores entrevistados defendem que o processo de RVCC deveria ser implementado a adultos cuja experiência de vida possa efetivamente ser reconhecida. Todavia, a imposição de metas leva a que outros adultos também se candidatem a este processo facto que, na opinião das nossas entrevistadas, pode levar ao descrédito deste processo, como nos ilustra a seguinte entrevistada:

“pelo facto de existirem tantos centros, com o facto de termos de atingir tantas metas acaba por cair um pouco em descrédito este processo, porque se pensa que qualquer pessoa pode fazer um RVCC, e isso não é bem assim e por isso é que se deve levar com o máximo de seriedade isto. Quando um adulto deixou a escola ao fim de 6 anos ou 9 anos... Pelas experiências que teve na vida aprendeu a falar inglês, aprendeu a trabalhar com computadores sem nunca ter tido formação, isso é realmente de reconhecer. Agora, quando se pega num jovem de 26/27 anos que pouco trabalhou, que poucas formações fez e se põem a fazer este processo, aí sim acho que é onde cai em descrédito este processo, mas para aquelas pessoas que realmente tem experiência de vida” (excerto da entrevista nº 1).

Na opinião dos nossos entrevistados, a certificação obtida pelo RVCC representa uma oferta educativa para todos os adultos facto que pode, desvirtuar o processo como também contribuir para a sua desvalorização social. Todavia, há muitos adultos que também recorrem ao processo apenas pela certificação, instrumentalizando todo o processo, conforme esclarece a seguinte entrevistada:

“No entanto, também para aquelas pessoas que têm, no fundo, poucas competências que é como está agora a chegar... Cada vez mais, têm poucas competências e querem a todo o custo terem uma certificação de secundário, porque precisam por algum motivo. A certificação, para quem precisa dela mas que não reúne mesmo muitas competências, acaba por... não vai ajudar! Acho que não vai... Não estou a ver aí nenhuma empresa a dar trabalho a uma pessoa só por ter um certificado!” (excerto da entrevista nº3).

Deste modo, o potencial heurístico do valor social dos diplomas obtidos pelo processo de RVCC merece ser objeto de um certo aprofundamento, a partir das

representações dos atores envolvidos no processo, tendo em conta os diferentes níveis de impacto do RVCC.

*Aumentar os conhecimentos no âmbito do referencial de competências-chave* representou o efeito com mais expressividade nos adultos inquiridos, facto que vem corroborar a centralidade do referencial de competências-chave em todo o processo de RVCC. De um vasto conjunto de opções, a aprendizagem do referencial foi a única variável que superou os 50% de respostas, tendo obtido uma percentagem de 57,1% na opção *bastante* e 12,1% na opção *muito*, num total de aceitação de 69,2%. Todavia, e no âmbito da mesma linha, os adultos já não consideram a opção *agir em conformidade com os valores dominantes do referencial e competências-chave do Estado* do mesmo modo, tendo obtido uma expressão inferior, representando um total de aceitação de 40,7%.

Os adultos manifestam este efeito, sobretudo, no domínio cognitivo pelo aumento dos conhecimentos proporcionados. Contudo, a passagem desses valores obtidos no campo cognitivo parece não ter o mesmo significado quando passamos para a análise das vivências quotidianas, onde os valores do referencial não são os que os adultos se identificam maioritariamente. O impacto verificado focaliza-se na aprendizagem do conhecimento do referencial prescrito pelo Ministério da Educação, no entanto, o exercício destes conhecimentos na vida diária dos adultos não demonstrou a mesma expressividade. Um exemplo do aumento do conhecimento do referencial refere-se ao conhecimento das TIC, como relata o excerto da entrevista:

“Olhe que já mandei um email”. Ainda ontem uma senhora me dizia isso e ela no início, a chorar, a dizer: eu não vou fazer isto, eu estou aqui, vou tentar dar o meu melhor, mas eu nunca vou conseguir escrever corretamente, nunca vou conseguir ir para o computador.” (excerto da entrevista nº 7).

Uma das consequências mais significativas deste processo é o aumento significativo da auto-estima e da valorização pessoal proporcionada pelo RVCC. Assim, 48,6% e 28,6% dos adultos inquiridos revelam que a certificação obtida pelo RVCC aumentou *bastante* e *muito* a auto-estima, respetivamente, num total de aceitação de 77,2%. O aumento da auto-estima proporcionado à maioria dos inquiridos pelo processo de RVCC é também acompanhado por um exercício introspetivo pelos mesmos adultos, sendo que uma parte significativa considerou *bastante* (46,4%) e *muito* (22,9%) que o

processo de RVCC permite um melhor auto-conhecimento de modo a que o adulto saiba do que é capaz (69,3%). Neste sentido, e perante estes dados, podemos afirmar que o processo de RVCC é também um convite ao adulto para a realização de uma viagem ao seu interior, permitindo o seu desenvolvimento e realização pessoal. Os dados obtidos pela observação realizada<sup>1</sup> e nas entrevistas corroboram os dados do inquérito. O aumento do auto-conhecimento e da auto-estima proporcionado pelo RVCC é visível nas atitudes dos adultos, como relata esta entrevistada:

“Eu acho que no fim existe de facto uma nova mentalidade, que é trabalhada, em termos pessoais, em termos familiares. Um caso de muito sucesso aqui do centro, foi o de uma adulta que era muito tímida, introvertida, na sua forma de estar e de vestir, e quando chegou ao fim do processo vestia-se de uma forma completamente diferente, tinha uma forma de estar voltada para a cultura. A senhora modificou completamente, e isto acontece em alguns casos. Não estou a falar em termos de aspecto, estou a falar de como veem o mundo, o tirar a carta de condução, o não aceitar determinado tipo de situações, como por exemplo, nos casos de violência doméstica, com o aumento da auto-estima, isto traz consequências” (excerto da entrevista nº 5).

Embora não possamos afirmar que o processo de RVCC contribua para uma espécie de terapêutica psicológica, os dados revelam efeitos significativos neste campo, como também nos esclarece outra entrevistada: “começa logo a sentir-se que eles ficam mais confiantes neles próprios. E depois ajuda no seu dia-a-dia, as competências que vão sendo adquiridas” (excerto da entrevista nº4).

Portanto, um dos impactos significativos deste processo é o desenvolvimento do auto-conceito, sendo que muitas vezes os adultos acabam por terminar o processo com uma nova consciência de si próprios, como nos esclarece outra entrevistada: “Eu acho que acaba por ter precisamente a nível da valorização que eles têm pessoal, muda a ideia que eles têm de si próprios, daquilo que são capazes.” (excerto da entrevista nº 1).

As dimensões psicológicas são neste âmbito enfatizadas, quer pelos adultos inquiridos quer pelos entrevistados, à semelhança de outras investigações o que levou R. Barros (2011:197, *itálico no original*) a designar este efeito de “*psicologização do impacto do processo nacional de RVCC*, fundamentalmente porque assim se tende,

---

<sup>1</sup> Vários exemplos poderiam ser convocados tendo em conta esta dimensão. Todavia, selecionamos, por exemplo, o júri de certificação B3 de seis adultas desempregadas, as quais foram unânimes em considerar que o processo de RVCC as ajudou em termos pessoais (relatos como “cresci imenso neste processo”), mas também sociais na construção de novas amizades (“fiz várias amigas aqui”).

concomitantemente, a descurar a reflexão crítica acerca da dimensão mais sócio-política”.

A procura e a conquista pela *conexão com o mundo* através das novas tecnologias, em especial da internet, constitui um impacto ainda significativo para os adultos certificados, ultrapassando os 40% na opção *bastante* (42,1%), mas mais reduzida na opção *muito* (19,3%). O estímulo ao uso das TIC, e em especial da internet e redes sociais, é realizado pela equipa técnica do processo de RVCC. Como exemplo destas práticas, nas sessões de validação do 12.º ano, os adultos foram convidados à realização de pesquisas na internet para colmatar e desenvolver alguns núcleos geradores que ainda não se encontravam validados. Todavia, a opção traduzida na possibilidade de o processo de RVCC permitir a *integração em novos projetos de emprego empreendedores*, obteve uma percentagem inferior à opção anterior, alcançando apenas um total de aceitação de 35,7%.

Outro dos méritos que o processo de RVCC proporciona, pelo menos na opção *bastante* (40%) e *muito* (13,6%), é a relação entre o processo e os contextos laborais, na medida em que estes inquiridos consideraram que o processo permitiu *desenvolver o trabalho com mais qualidade, eficiência e eficácia*. No entanto, e de forma aproximada, alguns dos adultos também são de opinião que a certificação obtida pelo RVCC *permitiu valorizar o mérito no emprego a fim de progredir na carreira*, sendo que 37,1% considerou a opção *bastante* e 15% a opção *muito*.

Assistimos, então, a um impacto do RVCC nos contextos laborais, embora este efeito se evidencie em pouco mais de metade dos inquiridos. Estes dados podem ser compreendidos tendo em conta os estudos desenvolvidos em França, nos quais se destaca “a ausência cada vez mais marcada de promoção [profissional] em consequência de formações” (Dubar & Gadéa, 2001:157) nos contextos laborais. Evidencia-se neste contexto, a desvalorização da articulação educação-trabalho, num mundo globalizado marcado pela crise no mercado de trabalho. Neste contexto, G. Jobert (2001:227) reconhece que “o mercado dos diplomas e aquele do emprego rompem a sua solidariedade com a consequência de que os estudantes já não têm a garantia de poderem estabelecer uma equivalência entre o nível dos diplomas que possuem e aquele dos postos que poderão ocupar”. Esta ausência de *solidariedade* entre

a formação e o mercado de trabalho também se reflete um pouco (ainda que não totalmente) nos processos de RVCC.

Para alguns adultos, o aumento das qualificações pela via do processo de RVCC representam também um imperativo laboral, como refere uma das entrevistadas:

“em termos assim concretos, não [ajuda em termos salariais], mas muitos deles dizem ‘Tenho que fazer o 9º ano até tal porque a empresa pede’. Muitas vezes acontece isso e muitos deles estão aqui para depois procurar emprego. Quando não se tem o nível de 9º ano, mesmo com o 9º ano, tentar arranjar um emprego tem que ter um nível básico, ainda é mais complicado. Eles dizem que ajuda bastante” (excerto da entrevista nº 4).

A opção de que o RVCC torna o adulto *mais competitivo no mercado de trabalho* é um efeito que contribuiu *bastante* para 39,3% e *muito* para 9,3% dos inquiridos. Parece, desta forma, existir a ideia de que para 48,6% dos adultos o aumento da certificação escolar constitui uma *vantagem competitiva e estratégica* dos indivíduos no mercado de trabalho, podendo o RVCC apresenta-se como um “instrumento da empregabilidade” (Bolthanski & Chiapello, 1999:479) onde o indivíduo é o verdadeiro empreendedor das suas competências com mais competitividade, num tempo marcado pela “*competenciatite aguda*” (Estêvão, 2003:324, itálico do autor). Contudo, se a certificação escolar pode significar em parte uma mais valia para certos adultos no mercado de trabalho concorrencial, a *rentabilização das competências no mercado de trabalho de forma a aumentar o salário* não obteve expressividade significativa. Neste contexto, apenas 21,4% consideraram *bastante* e 10,7% *muito* esta rentabilização de competências em termos remuneratórios. De forma análoga, 11,4% dos adultos são da opinião de que o RVCC em *nada* contribuiu para esta rentabilização e 17,1% consideraram que a certificação obtida *pouco* proporciona um aumento salarial, o que pode colocar em causa a relação entre educação e trabalho, defendida pelo Programa *Novas Oportunidades*.

Um outro indicador a que podemos recorrer para aprofundar esta análise, no contexto da lógica *económica*, é o estudo das transições profissionais eventuais que o processo de RVCC e a sua certificação poderiam proporcionar aos indivíduos, no sentido de alterar a situação profissional destes adultos. Contudo, os dados sobre as situações profissionais revelam a baixa ou nula transição profissional dos adultos inquiridos, denunciando a baixa ou nula relação entre a certificação e a alteração da situação profissional. Destaca-se a quase imobilização da situação profissional dos

inquiridos, com algumas alterações ao nível da diminuição do emprego por conta própria e do aumento dos desempregados há menos de um ano (de 5%). Estas situações estão de acordo com o cenário económico que o País atravessa e que a região do vale do Ave não é indiferente.

Estes dados podem também ser interpretados tendo em conta vários estudos. A. Voisin (2001:58) apresenta alguns estudos que abordam a relação educação-trabalho no contexto francês e que denunciam que “o impacto real da formação contínua sobre a produtividade e os salários é difícil de se estabelecer”.

A opção que menos expressividade obteve por parte dos adultos inquiridos foi a de que certificação obtida pelo RVCC confere *bastante poder para argumentar/reivindicar os direitos* de cidadania com apenas uma concordância de 37,1% dos inquiridos. A opção *muito* evidenciou uma percentagem residual, embora a posição intermédia de *algo* tenha tido uma percentagem aproximada à da opção *bastante*. De forma análoga, apenas 30% dos adultos consideraram que o processo de RVCC incita *bastante* a criação de *novos hábitos de participação na sociedade* (como no bairro/freguesia/clubes/associações locais). Somente um valor reduzido de adultos considerou a opção *muito* (5%). A opção *algo* foi a que congregou um maior número de respostas (39,3%).

Estes dados não deixam de ser relevantes, até porque o processo de RVCC, no âmbito do referencial de competências-chave, promove a discussão em torno da cidadania. A lógica emancipatória realizada através da reivindicação de direitos da cidadania, quer através da participação social/comunitária espelham um efeito reduzido<sup>2</sup>.

Os dados obtidos no inquérito não apresentaram variações muito grandes, oscilando os dados nas percentagens mais altas entre os 57,1% e os 30%, sendo que, podemos afirmar, o processo de RVCC contribuiu para a convivência das diferentes lógicas nomeadamente a aquisição de conhecimento no âmbito do referencial de competências-chave e o aumento de auto-estima que o RVCC potenciou.

---

<sup>2</sup> P. Freire (s/d:92) considera a participação na sociedade a base da democracia. Nas suas palavras: “Cada vez mais nos convencíamos ontem e estamos convencidos hoje de que, para tal, teria o homem brasileiro de ganhar a sua responsabilidade social e política, existindo essa responsabilidade. Participando. Ganhando cada vez maior ingerência nos destinos da escola do seu filho. Nos destinos do seu sindicato. De sua empresa, através de agremiações, de clubes, de conselhos. Ganhando ingerência na vida de seu bairro, de sua Igreja. Na vida de sua comunidade rural, pela participação atuante em associações, em clubes, em sociedades beneficentes”.

Outros estudos realizados no início da década sobre os efeitos dos processos de RVCC também demonstravam resultados semelhantes no que toca à valorização da auto-estima e da articulação formação-emprego. O estudo elaborado pelo CIDEDEC (2004) enfatizou o contributo dos processos de RVCC nos adultos nomeadamente, o “reforço da auto-estima e da auto-valorização do adulto”, no “auto-conhecimento do adulto”. A “definição/reconstrução de projecto profissional do adulto” obteve resultados intermédios. Por fim, a “inserção do adulto na sociedade” representa o efeito com percentagem mais baixa face às anteriores.

Atendendo aos contributos dos processos de RVCC no mercado de trabalho, os dados deste estudo “confirmam o papel positivo do processo de RVCC em termos de integração no mercado de trabalho do adulto desempregado pelas vias da promoção da auto-estima/auto-valorização e da definição/reconstrução do projeto profissional” (CIDEDEC, 2004:45, *italico no original*). Tendo em conta os dados obtidos pelo estudo podemos considerar que o processo de RVCC surtiu um maior impacto no género feminino, com uma diminuição da taxa de desemprego de 7,5% das adultas certificadas. Em termos gerais, *“mais de um terço dos adultos que estavam desempregados quando iniciaram o respectivo processo de RVCC e que obtiveram o respetivo certificado até 31 de Dezembro de 2002, estão atualmente a trabalhar.” (ibidem, 61, itálico no original)*. Todavia, embora os dados sejam positivos, não podemos deixar de questionar até que ponto o processo de RVCC se constitui como uma “política ativa de emprego”, nomeadamente em contextos de crise económica, onde a ausência /precariedade no emprego, os débeis vínculos laborais constituem marcas dos contextos laborais atuais. Registamos uma valorização deste efeito, situação diferente do nosso estudo de caso.

A centralidade que estudo confere ao binómio qualificação-emprego, típico desta agenda política vem reforçar o protagonismo conferido às perspetivas de modernização, as quais “vêm sendo acentuadas e já não apenas numa lógica gerencial e eficientista, mas também na perspetiva mais ampla de uma reforma do Estado, numa lógica de mercado e de subordinação da educação a orientações pragmáticas, de empregabilidade, de emulação e de competitividade económica” (Lima, 2005:49).

Outros estudos mais recentes enfatizam também o impacto pessoal que o processo de RVCC tem nos indivíduos em detrimento de outro tipo de resultados, nomeadamente os de índole mais *económica*, nomeadamente nos estudos de J. Costa (2005) e de J.

Freire (2009:30), segundo o qual, os “sujeitos que obtiveram a certificação escolar do 9.º ano consideram que a sua valorização foi sobretudo de ordem pessoal, com algum incentivo para o prosseguimento de estudos (para obter a certificação do 12.º ano, imagina-se) e algo menos em termos profissionais”. De igual modo, o estudo levado a cabo pela Universidade Católica, coordenado por Roberto Carneiro, salientou, sobretudo, que a experiência do RVCC “apresenta um saldo bastante positivo, resultando [nos adultos] uma personalidade que se afirma mais confiante e com novas competências relacionais” (Liz *et al*, 2009:24).

Outras consequências são registadas noutras investigações. P. Ávila (2008: 372) reconhece mudanças no contexto familiar, nomeadamente “para os filhos, os novos recursos escolares das mães, e as competências a eles associados, constituem uma forma acrescida (e renovada) do capital escolar e social”.

## **Conclusão**

Esta dualidade em torno do valor social dos diplomas obtidos pelo ensino regular e pelo processo de RVCC vem relançar novas pistas de reflexão em torno das potencialidades educativas do RVCC e do seu papel em colmatar uma herança educativa pautada pelo abandono e insucesso escolar, marcada por uma baixa qualificação. Assim, o encanto inicial deste tipo de certificação pode mascarar outras formas de desigualdades, nomeadamente, se o valor social do diploma obtido pelo RVCC não corresponder socialmente aos diplomas obtidos pelo ensino regular. Sendo um processo relativamente recente no contexto português, podemos dizer que o processo de certificação adquirido pelo processo de RVCC se encontra ainda numa fase embrionária do processo de *institucionalização* social, o que pode conduzir à existência de uma dualidade de certificações, com pesos diferentes, que poderá transformar *esta nova oportunidade* numa oportunidade secundarizada socialmente na medida em que o *valor social dos diplomas* obtidos pelo RVCC, comparativamente com os diplomas do ensino regular, não é equivalente socialmente e pode levar a uma hierarquização social dos diplomas.

E, neste contexto, poderíamos questionar as potencialidades democráticas desta nova oportunidade educativa no sentido de saber até que ponto a certificação obtida pelo RVCC tem potencial para transformar as desigualdades que estes adultos

possuíram no passado (com consequências no seu presente) em verdadeiras oportunidades que lhes permita a sua emancipação pessoal e social num presente e futuros próximos. Ou pelo contrário, o RVCC pode também constituir um instrumento refinado de regulação social, ao serviço da reprodução e da manutenção do *status quo social*, associado aos mecanismos de reprodução social e cultural tal como sucede em alguns exemplos da formação contínua de adultos e nos cursos noturnos franceses (cf. Dubar & Gadêa, 2001).

Sublinha-se ainda uma breve reflexão sobre o facto de o RVCC se enquadrar no âmbito da esfera estatal, representando uma oferta educativa de um programa público, embora tendo também como promotor entidades privadas e o terceiro sector. Deste modo, registamos o papel do Estado em garantir constitucionalmente o direito à Educação para todos sendo, contudo, um modo de prestação de um direito que se traduz de modo diferenciado, hierarquizado e com um valor social desigual face ao ensino regular. Neste contexto, podemos questionar o modo como interpretar a aplicação deste direito constitucional por parte do Estado, ao possibilitar o acesso e o sucesso (certificação) ao mesmo, sem contudo garantir as mesmas oportunidades sociais do diploma obtido, outorgando “diplomas desvalorizados” (Bourdieu, 1999:172).

Em suma, podemos considerar que o processo de RVCC traduz alguns ecos em diferentes dimensões, sendo que os conhecimentos que o RVCC proporcionou e a dimensão pessoal associada ao auto-conhecimento e à auto-estima simbolizam os efeitos mais significativos nos adultos certificados pelo RVCC.

### **Referências bibliográficas**

- Ávila, Patrícia (2008). *A Literacia dos Adultos – Competências-Chave na Sociedade do Conhecimento*. Lisboa: Celta.
- Barros, Rosanna (2011). *A Criação do Reconhecimento de Adquiridos Experienciais (RVCC) em Portugal – Uma Etnografia Crítica em Educação de Adultos*. Chiado Editora
- Bolthanski, Luc & Chiapello, E. (1999). *Le Nouvel Esprit du Capitalism*. Paris: Gallimard.
- Bourdieu, Pierre (1999). “Classificação, desclassificação e reclassificação” in Nogueira, Maria Alice & Catani, Afrânio. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, pp. 145-184.
- CIDEC (2004). *O Impacto do Reconhecimento e Certificação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida*. Lisboa: DGFV.
- Costa, Joana (2005). *Competências Adquiridas ao Longo da Vida: Processos, Trajectos e Efeitos*. Braga: IEP - Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado em Educação (policopiado).

- Dubar, Claude & Gadêa, Charles (2001). “Sociologia da Formação Pós-escolar”; in Carré, Philippe & Caspar, Pierre. *Tratado das Ciências e das Técnicas da Formação*, Lisboa: Instituto Piaget, pp. 143-160.
- Estêvão, Carlos V. (2003). “Ideologia e Gestão das Competências”; in *Teoria e Prática da Educação*, v. 6, nº13, pp. 209-357. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.
- Freire, João (2009). “Microestudo sociológico de um Centro Novas Oportunidades”. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 59, pp. 19-43.
- Freire, Paulo (s/d). *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Jobert, Guy (2001). “A inteligência no Trabalho”; in Carré, Philippe & Caspar, Pierre. *Tratado das Ciências e das Técnicas da Formação*, Lisboa: Instituto Piaget, pp. 223-240.
- Lengrand, Paul (1971). *Introdução à Educação Permanente*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Liétard, Bernard (2001). “O Reconhecimento do Adquirido, um Novo Espaço de Formação?”; in Carré, Philippe & Caspar, Pierre. *Tratado das Ciências e das Técnicas da Formação*, Lisboa: Instituto Piaget, pp. 475-492.
- Lima, Licínio C. (2005). “Cidadania e Educação: Adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia?”; in *Educação, Sociedade & Culturas*, n.º 23, pp. 71-90.
- Liz, Carlos; Machado, Mariana Ribeiro & Burnay, Ercília (2009). “Percepções sobre a iniciativa Novas Oportunidades”; in Carneiro, Roberto (coord.), *Caderno Temático 2*. Lisboa: ANQ/Universidade Católica Portuguesa.
- Melo, Alberto (2001). “Agir localmente, pensar globalmente: Testemunho de um percurso inspirado em Paulo Freire”; in *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano 35-1, pp. 115-122.
- Silva, Daniela (2012). *Lógicas de Acção na Educação de Adultos. Um olhar sociológico-organizacional*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho.
- Voisin, André (2001). “A Economia da Formação”; in Carré, Philippe & Caspar, Pierre. *Tratado das Ciências e das Técnicas da Formação*, Lisboa: Instituto Piaget, pp. 55-74.
- Jornal *Público*, 5 de Setembro de 2008  
Jornal de Notícias, 8 Maio de 2009  
Jornal *Público*, 7 de Julho de 2009  
Jornal de Negócios de 10 de Setembro de 2011